Artesanato teórico-crítico-sentimental, transparências e opacidades: tranças decoloniais, interseccionais e transfeministas

Theoretical, Critical and Affective Crafting, Transparency and Opacity: Decolonial, Intersectional and Transfeminist Braids

Artesanía teórico-crítica y afectiva, transparencia y opacidad: trenzas decoloniales, interseccionales y transfeministas

Dandara Camélia da Silva Domingues[1]

Liliana Graciete Fonseca Rodrigues[2]

"[...] O amor é o nosso verdadeiro destino.
Não encontramos o sentido da vida sozinhos —
nós o encontramos com o outro [...]."
(Thomas MERTON, 1979)

Nomear o mundo, descolonizar o possível: por uma política da escrita insurgente

"[…] escrever é um ato de descolonização […]. […] Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?" (Grada KILOMBA, 2019, p. 28, 33).

Abrir este volume com Kilomba (2019) implica reconhecer que a linguagem não é suplemento do real, mas uma engrenagem política por meio da qual o poder organiza e disputa o mundo. Quem nomeia governa o campo do possível e quem é nomeado/a por outros/as costuma ser lançado/a ao estatuto de objeto, de evidência, de estudo de caso e de ruído social. Escrever, nessas condições, não é descrever o mundo tal como ele é, mas interromper o regime que o autorizou a ser assim.

[1] *Doutoranda em Psicologia e Sociedade pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Mestra em Ciências do Envelhecimento (Educação, Saúde e Qualidade de Vida) pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ciências do Envelhecimento da Universidade São Judas Tadeu (PPGCE/USJT). Graduada em Ciências Sociais pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (CFCH/UFPE) e em Psicologia pela Universidade São Judas Tadeu (USJT). Pesquisadora do Laboratório de Psicologias, Coletivos e Culturas Queer (PsiCUqueer) da UNESP. Pesquisadora Transfeminista.). Email: psidandaradomingues@gmail.com.*

[2] *Doutora em Psicologia pela Universidade do Porto (U.Porto), Mestra em Psicologia da Justiça e Licenciada em Psicologia pela Universidade do Minho (U.Minho). Investigadora integrada do Centro de Investigação e Inovação em Educação da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto (inED/ESE-IPP) e investigadora colaboradora do Centro de Psicologia da Universidade do Porto (U.Porto). Professora Adjunta da ESE-IPP. Email: frodrigues.liliana@gmail.com.*

Quando identidades e experiências de sujeitos/as colonizados/as são definidas por outros/as, a escrita torna-se gesto de ruptura, ao passo que recusa a nomeação alheia, reinscreve a subjetividade como lugar de teoria e passa a nomear uma realidade "nomeada erroneamente ou sequer nomeada" (KILOMBA, 2019, p. 28). É sob o impacto da pergunta de Kilomba (2019, p. 33) — "Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?" —, que se delineia o princípio organizador deste volume.

O dossiê "Desobediência Epistêmica e Epistemologias do Sul: Perspectivas Decoloniais, Interseccionais e Transfeministas Terceiromundistas" reúne contribuições que tomam a desobediência epistêmica como movimento crítico fundamental para questionar e subverter as estruturas eurocêntricas e ocidentais que historicamente regulam a produção científica, em especial nos campos das humanidades, dos estudos de gênero e sexualidade, das relações étnico-raciais e de classe.

Ao partir de uma perspectiva decolonial e ao afirmar a centralidade das epistemologias do Sul, este número aposta na incorporação de abordagens interseccionais e transfeministas como regimes de leitura capazes de desestabilizar narrativas hegemônicas, enfrentar silenciamentos e recusar dicotomias tradicionais (como sujeito/objeto e humano/não-humano) que sustentam a racionalidade colonial (Vivian Matias dos SANTOS, 2018). Trata-se, assim, de um espaço de composição teórico-política voltado à revisão das práticas e políticas de produção do conhecimento e à construção de uma academia implicada com os processos de resistência e transformação social, reconhecendo como fonte legítima de teoria as experiências e lutas de grupos historicamente empurrados para a subalternidade.

É nessa esteira de discussão que Gayatri Chakravorty Spivak (1986/2010) nos alerta: o Ocidente enquanto sujeito do conhecimento não subsiste apenas graças a conteúdos hegemônicos, mas por meio de uma engenharia de autorização que mantém sua soberania epistêmica mesmo quando o discurso se apresenta como crítico. A figura de um/a sujeito/a soberano/a, construída pela lei, pela economia política e pela ideologia do Ocidente, organiza a ficção de uma voz neutra apta a falar por todas as pessoas, apagando sua geopolítica.

A crítica do/a sujeito/a, quando não reconhece esse local de produção, pode simplesmente inaugurar um/a novo/a Sujeito/a abstrato/a, igualmente capaz de falar "em nome de" sem deslocar o lugar de onde fala (SPIVAK, 2010). Assim, o gesto de leitura e de escrita que acolhe este dossiê exige um exercício deliberado de provincialização do universal como posição política diante dos regimes históricos de apagamento.

A crítica à universalidade abstrata encontra, em Achille Mbembe (2020), uma caracterização, na qual toda a desconstrução verdadeira do nosso tempo começa pelo

reconhecimento do caráter necessariamente regional dos nossos conceitos e pela crítica a toda a forma de universalismo que se disfarça de neutralidade. Tal exigência não é um formalismo acadêmico, uma vez que se torna incontornável quando lembramos, com Sueli Carneiro (2005), que a modernidade ocidental não apenas discriminou, mas fabricou uma gramática de mundo em que a humanidade foi seletivamente distribuída.

O Ser hegemônico se afirma ao produzir o Não-ser, convertendo corpos negros em tutela ou evidência científica de inferioridade natural, atrasos inatos e incapacidades (sobretudo cognitivas) supostamente ontológicas, entre outras porosidades. A sobrevivência desse arranjo, inclusive no interior da ciência e de suas instituições, mostra que a episteme dominante opera como política de realidade, estando para a colonialidade do saber e do ser (CARNEIRO, 2005; Aníbal QUIJANO, 2005; Nelson, MALDONADO-TORRES, 2007; Walter D. MIGNOLO, 2017).

A consequência extrema dessa economia de humanidade pode ser lida com Mbembe (2018) como necropolítica: um regime em que a soberania administra a morte, decide quem pode viver, quem pode morrer e sob quais condições certas vidas serão mantidas num limiar prolongado de sobrevivência precarizada. É nesse horizonte que Jota Mombaça (2021, p. 13) se torna de suma importância neste dossiê, ao dedicar sua obra àquelas que vibram e "vivem apesar de". A autora nomeia a contradição central do presente a partir da coexistência entre uma ordem que tenta impor morte social e corpos irredutíveis a ela.

A radicalidade do impossível, em Mombaça (2021), não designa uma estética do desespero, mas uma política da fresta, onde viver quando as portas se fecham é também inventar mapas para atravessar o que não deveria ser atravessável. Trata-se, portanto, de uma ética de existência que não pergunta apenas o que o mundo fez desses corpos, mas o que esses corpos fazem do mundo quando as condições de humanidade lhes são revogadas.

Nesse ponto, o debate de Édouard Glissant (2011) sobre transparência e opacidade se torna fundamental para estabelecer o regime epistemológico que atravessa nossa discussão. A transparência não é um valor neutro, já que foi, por muito tempo, um dispositivo histórico de legitimidade e a linguagem pela qual a humanidade ocidental se autorizou a refletir o mundo à sua imagem. Já a opacidade não é falha do saber, mas recusa da captura totalizante do/a Outroa, afirmando que há sedimentos históricos, afetivos, cosmológicos e políticos que resistem à obrigação colonial de ser traduzível.

A opacidade desloca o poder de definir o que conta como inteligível e, com isso, inaugura um campo em que as epistemologias insurgentes do Sul não precisam pedir autorização à metrópole do conhecimento (GLISSANT, 2011). Essa passagem da transparência

à opacidade torna-se ainda mais concreta quando reconhecemos que a violência social não se organiza tão somente no plano macro, mas também nos circuitos íntimos, micropolíticos, em que o mundo entra no corpo e tenta reescrever sua possibilidade de futuro.

Opacidades do corpo e violências do arquivo colonial: insurreição, memória e fabulação crítica

Na gramática de Suely Rolnik (2018), a disputa epistêmica decide-se também no regime do sensível. Melhor dizendo, é no corpo, e na forma como ele é autorizado a desejar, sentir e existir, que a colonialidade e o capitalismo consolidam sua eficácia. Ao nomear um regime de inconsciente colonial-racializante-capitalístico, a autora oferece uma chave para compreender como a dominação não opera apenas por meio de instituições e narrativas macropolíticas, mas também por infiltrações micropolíticas que modulam a subjetividade e estreitam o campo do vivível (Rolnik, 2018). Tomando essa formulação como ponto de partida e estendendo-a ao problema do (cis)tema de gênero, é possível reconhecer como essa captura também se reatualiza em arranjos coloniais-raciais-cis-heteropatriarcais-capitalísticos, sustentando formas normativas de existência e de inteligibilidade.

A captura, assim, não é um efeito secundário nem um ruído da história, uma vez que é um programa de mundo que fabrica sujeitos/as regulados/as, afetos normatizados e futuros previsíveis, ao mesmo tempo em que anestesia a potência inventiva da vida. É precisamente por isso que a insurreição, aqui, não pode ser pensada apenas como gesto externo de contestação institucional. Ela precisa ser lida também como rebelião do desejo, reabertura do sensível e recusa a uma economia de vida que transforma corpos em máquinas de adaptação e sofrimento (ROLNIK, 2018).

Ao dialogar com Fernanda Marquetti (2022), podemos pensar no problema da redoma discursiva: em muitos casos, o sofrimento humano é aprisionado por discursos rígidos, impermeáveis à interlocução, como um vidro blindado que cerceia olhares e escutas. A hermeticidade não protege a dor; ela a congela. A metáfora da morte de si e a experiência de um corpo que passa a se perceber como sem conserto, descartável ou um fardo social, trazem à superfície que o racismo, o sexismo e o cissexismo produzem violência externa e, concomitantemente, podem colonizar a autoimagem e sabotar a capacidade de amor-próprio, de pertencimento e de invenção do amanhã (Paulo Vitor Palma NAVASCONI, 2022).

Nessa esfera de discussão, tornar existente uma realidade apagada não se resume à quebra do silêncio ou à denúncia catártica, pois se trata de criar memória, valores e novos pontos de vista, rejeitando a história imposta a corpos colocados na sombra da humanidade

(NAVASCONI, 2022). Ao mesmo tempo, esse gesto não pode ser ingênuo diante do arquivo, pois, como nos alerta Saidiya Hartman (2021), é preciso recorrer a uma fabulação crítica para responder a arquivos que operam como um inventário de propriedade, um túmulo, uma sentença de morte. Quando só é possível ver certas vidas no momento do desaparecimento, narrar exige também aprender a não repetir a violência documental.

A fabulação crítica não pretende visibilizar o que a morte interditou. Todavia, opera, antes, numa zona consciente de impossibilidade, rearranjando fragmentos para deslocar o relato autorizado e submergir a fala soberana no choque de vozes, entrelaçando passado, presente e futuro. Trata-se de imaginar o que não pode ser verificado sem transformar a imaginação em licença para novas violências. Essa ética do limite, cuidado com o não dito e com o que o arquivo mutilou, torna-se um modo de narrar que preserva tanto a memória quanto a dignidade de vidas historicamente condenadas ao silêncio (HARTMAN, 2021).

Há no corpo uma encruzilhada: modos de vida na confluência do racismo, do capitalismo e do cisheterossexismo

É precisamente nesse terreno que se inscrevem as três categorias centrais deste número: decolonialidade, interseccionalidade e transfeminismos. Com Carla Akotirene (2019), apreendemos que há no corpo uma encruzilhada, visto que as avenidas do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado/cisheterossexismo não se apresentam em filas separadas, como se a vida fosse um inventário de opressões isoláveis, mas em confluência. Elas se trançam, se reatualizam e se reforçam mutuamente. Não se trata, portanto, de um *Frankenstein* teórico, e sim do reconhecimento de que os modos de vida são produzidos por entrecruzamentos situados, historicamente organizados e radicalmente não neutros/implicados.

Em diálogo com Catherine Walsh (2009), Quijano (1992) e Santos (2018), compreendemos que a decolonialidade nasce do reconhecimento de que o fim formal do colonialismo não encerrou suas formas de poder. A colonialidade persiste como tecnologia prolongada de dominação do saber, do ser e do poder, sustentada pela racialização das relações de produção, pelo eurocentrismo que controla subjetividades e existências e pela gestão estatal que reproduz hierarquias civilizatórias.

A distinção entre colonialismo e colonialidade, e entre descolonização e decolonialidade, não é só terminológica, pois delimita o alvo político da crítica. Se a descolonização se refere ao processo histórico de emergência dos Estados-nação após as administrações coloniais, a decolonialidade se apresenta como movimento teórico-político

voltado a desmantelar as estruturas persistentes que sobrevivem a esse processo (SANTOS, 2018; Santiago CASTRO-GÓMEZ; Ramón GROSFOGUEL, 2007).

O gesto decolonial não se limita a revisar conteúdos, ao passo que desafia a própria forma moderna de produzir ciência e suas dicotomias estruturantes, tensionando novas hegemonias em potencial, inclusive no interior do pensamento feminista. Ao nos alinharmos a essa perspectiva, assumimos também que o decolonial exige uma certa forma de indignação epistemológica (SANTOS, 2018; Raquel Coelho de FREITAS, 2020; FREITAS; Luciana Nogueira NÓBREGA, 2023).

Frente a isso, a indignação epistemológica se apresenta como resposta às consequências sócio-jurídicas e cognitivas de uma ordem global que ainda administra de modo desigual a distribuição de humanidade, direitos e legitimidade de fala (FREITAS, 2020; FREITAS; NÓBREGA, 2023). A decolonialidade, por sua vez, emerge neste volume como ética em movimento: recusa da ciência como metrópole universal, crítica à sua pretensão de neutralidade e aposta em lugares de exterioridade e em construções alternativas que reorientem as gramáticas do saber, do ser e do poder (WALSH, 2009).

Dentro dessa arquitetura, a interseccionalidade opera como instrumento que impede que o decolonial se converta em formulação abstrata. Ao retomarmos Akotirene (2019) e dialogarmos com Patricia Hill Collins (2021), compreendemos a teoria da interseccionalidade, antes de tudo, como ferramenta teórico-metodológica e política voltada à afirmação da inseparabilidade estrutural entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, bem como à crítica das formas modernas e coloniais de poder que tornam identidades e existências vulnerabilizadas.

O coração do conceito, como insiste Akotirene (2019), é a experiência da mulher negra, sendo essa afirmação uma advertência política contra o esvaziamento do termo. A interseccionalidade desloca a noção de identidade de um plano de essência para um plano de colisão histórica, tornando visível não apenas quem sofre, mas como as estruturas se articulam para produzir sofrimento, silenciamento e morte.

É nesse ponto que o circuito transfeminista é mobilizado enquanto operador crítico, ao reconhecer que a cisgeneridade foi historicamente instituída como norma soberana e que o trans foi produzido como desvio constitutivo para assegurar o cis como diretriz. Nesse contexto, o transfeminismo é uma forma de desobediência epistêmica que rejeita tanto a autorização cisgênera sobre a vida trans-travesti quanto a armadilha de um debate restrito à representatividade. Ele exige a produção de espaços inclusivos capazes de não apenas permitir a fala, mas também produzir escuta (Viviane Vergueiro SIMAKAWA, 2015; Amara Moira

RODOVALHO, 2017; Hailey KAAS, 2012; Beatriz Pagliarini BAGAGLI, 2013, 2018; Letícia NASCIMENTO, 2021; Brume Dezembro IAZZETTI, 2021; Sofia FAVERO, 2022).

Ao articular-se a perspectivas decoloniais, o transfeminismo explicita a urgência de enfrentar o epistemicídio e as necropolíticas trans, evidenciando que certas mortes não são exceções trágicas, mas efeitos sistemáticos de uma ordem que decide, diariamente, quais vidas merecem cuidado e quais podem ser descartadas (Judith BUTLER, 2018; Yarlenis Ileinis Mestre MALFRÁN; Geni NÚÑEZ; Mara Coelho de Souza, LAGO, 2021). Ao mesmo tempo, Bagagli (2018) adverte que a cisnorma molda o imaginário social, político e institucional de tal forma que políticas públicas, pesquisas e narrativas sobre saúde, envelhecimento, trabalho e família seguem frequentemente impensado pessoas trans.

O transfeminismo aparece como campo de luta pela governança da vida, isto é, pela afirmação de que vidas trans são dignas de ser vividas e por uma recusa da ideia de que a emancipação trans depende de conciliações silenciosas com estruturas cis-sistêmicas. Ao insistir na interseccionalidade como solidariedade ativa entre pautas feministas e na recusa de antagonismos simplificadores entre mulheres cis e trans, o transfeminismo reafirma que "quando pessoas trans avançam, nenhuma retrocede" (BAGAGLI, 2018, p. 12).

Assim, a constelação teórica reunida nesta abertura não constitui um repertório de citações paralelas. Ela é uma forma de dizer que, quando a modernidade colonial produz o/a Outro/a como não-ser, a teoria não pode se contentar em mapear/caracterizar a violência: ela precisa operar, simultaneamente, como recusa, como reparação possível e como invenção de futuridades concretas. É sob esse compromisso que lemos as contribuições reunidas aqui: textos que emergem de corpas atravessadas por múltiplas opressões, mas que insistem em criar linguagem, clínica, política, arte, vínculo e memória para reabrir aquilo que o mundo tentou encerrar.

Artesanato teórico-crítico-sentimental: uma construção em quatro âncoras

Ao afirmarmos que a apresentação dos artigos deste dossiê será conduzida por um artesanato teórico-crítico-sentimental, não nomeamos apenas um modo expressivo de escrita, mas uma arquitetura de pensamento que se propõe a articular método, implicação e disputa epistêmica. A formulação emerge da entrevista com Helena Vieira, em que Dandara Camélia da Silva Domingues, Vieira e Rafael Rodrigues Leite (2025) delineiam o artesanato como gesto de produção teórica situado, feito com o corpo inteiro, atravessado por marcas e cicatrizes que não são obstáculos ao conceito, mas matéria mesma de sua possibilidade. É uma maneira de

dizer que a teoria se constrói por costura, fricção e montagem de linhas que não cabem em um modelo único de validação do saber.

Essa escolha permite ancorar o artesanato em uma chave metodológica que Norman K. Denzin e Yvonna S. Lincoln (2006) ajudam a explicitar: caminhar, pesquisar e narrar tornam-se modos de produzir artesanato, um conjunto de representações que se articulam como peças de um quebra-cabeça, encontrando formas de se encaixar em situações complexas. A figura da artesã, nesse registro, aparece como aquela que costura fragmentos, materiais e sentidos em uma composição sempre inacabada, mas capaz de dar forma e consistência ao vivido.

O teórico, por sua vez, é sustentado pelo conjunto de autoras e autores que vêm se mobilizando, aqui, para afirmar que a escrita é disputa de mundo. Com Kilomba (2019), a teoria deixa de ser um exercício de universalização abstrata e passa a ser entendida como gesto de descolonização do real: quem escreve reposiciona o regime de enunciação, disputa as fronteiras do que pode ser dito e recusa a nomeação imposta a sujeitos/as historicamente produzidos como outros/as. Já com Glissant (2011), a teoria ganha densidade ao recusar a obrigação colonial de tornar o outro plenamente traduzível segundo a gramática do centro.

O crítico deste artesanato encontra seu eixo mais específico na ética de escrita que a fabulação crítica formula. Ao mobilizar Hartman (2021), é preciso criar modos de narrar que não reproduzam a lógica documental que transforma vidas subalternizadas em inventário, estatística ou espetáculo de violação. A fabulação crítica opera nessa zona de tensão entre o que pode ser verificado e o que foi historicamente impedido de existir como relato legítimo. Ela reposiciona a crítica como forma de reparação impossível, mas necessária, capaz de deslocar o relato autorizado e de expor a própria disputa sobre o que será reconhecido como história.

Por fim, o componente sentimental se ancora na cartografia sentimental de Rolnik (2006) como modo de nomear a dimensão micropolítica da teoria. Isso implica reconhecer que os afetos não são resíduos privados a serem higienizados do texto acadêmico, mas indicadores privilegiados de como o poder atravessa os corpos, modula desejos, fabrica normatividades e, ao mesmo tempo, faz emergir linhas de fuga. Cartografar sentimentalmente é acompanhar as vibrações do presente (suas dores, seus desejos, seus impasses e suas insurgências) sem reduzir a experiência a uma ilustração do conceito.

Trata-se, portanto, de uma aposta ética que mantém a escrita conectada às condições concretas de existência e às formas de reapropriação da vida. Nesse sentido, a cartografia sentimental também dialoga com o que Rolnik (2018) nomeia como regime de inconsciente colonial-racializante-capitalístico: um dispositivo que tenta tornar o sensível inenarrável ao capturar, domesticar e adormecer a subjetividade na esfera micropolítica.

Esse encadeamento nos permite afirmar que o artesanato teórico-crítico-sentimental é, ao mesmo tempo, forma de apresentação e modo de leitura do dossiê. Dessa forma, apresentar os artigos por esse artesanato não é descrevê-los em série, mas sim tramar suas linhas de força. Abrindo este número com "Matripotências e maternidades negras: conceitos além mar e deslocamentos epistemológicos", Ingrid Lorena da Silva Leite propõe a lapidação do conceito de matripotência diaspórica como chave para compreender as resistências das mães negras diante da necropolítica de Estado.

Partindo de narrativas de mulheres negras que tiveram seus filhos assassinados em Fortaleza, articuladas com autoras como Oyèrónkẹ́ Oyèwùmí (2016), Luciane Rocha (2016) e Daiane Dantas Barreto (2022), o artigo mostra que a maternidade negra no Brasil é forjada entre violências, expropriações e racismo estrutural, mas também entre estratégias de gestão da vida, da memória e da justiça.

A matripotência diaspórica, tal como formulada no artigo, designa uma potência de cocriar, nutrir e manter a vida que atravessa oceanos, escravizações, ditaduras, políticas de segurança pública e extermínio da juventude negra, manifestando-se nas formas coletivas de maternar, lutar, narrar e recusar que os filhos se tornem apenas números nas estatísticas de homicídio. Ao deslocar a maternidade negra de um lugar romantizado ou restrito à esfera privada, o texto reinscreve como epistemologia em ato, que desestabiliza perspectivas eurocentradas sobre mãe, família, luto e justiça e reorganiza as fronteiras entre público e privado, entre dor individual e a luta coletiva.

Em seguida, "Clínica Ampliada, desnaturalização do sexo e despatologização dos gêneros dissidentes", de Beatriz Dzierva Sobania, Marcela Cassola Palma e Jamille Georges Reis Khouri, desloca a discussão para o campo da saúde mental, da clínica e dos dispositivos biomédicos. O texto nasce, segundo as pessoas autoras, de inquietações diante do (cis)tema de gênero que adoece e patologiza, articulando a Clínica Ampliada, a reforma psiquiátrica brasileira, epistemologias decoloniais do Sul Global e a crítica às categorias diagnósticas do DSM-5 e do CID-11.

As pessoas autoras propõem a desnaturalização do sexo como categoria analítica central. Ao tratar o sexo não como dado biológico estático, mas como construção histórica, simbólica e política, permite tensionar as tecnologias de gênero que sustentam a cisnormatividade e produzem as dissidências como desviantes e doentes. Ao defender uma Psicologia historicizada, comprometida com a crítica à cisheteronormatividade e com a despatologização das identidades trans e travestis, o artigo reposiciona a Clínica Ampliada

como dispositivo ético-político, capaz de deslocar o olhar clínico para além da norma, do diagnóstico e da adaptação.

O terceiro artigo, "Uma análise decolonial a partir de Tasha e Tracie", de Gabrielly Rech Nogueira e Daniel Péricles Arruda, desloca a lente para a arte periférica como lugar de elaboração conceitual decolonial. A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, o texto articula autoras e autores como Aníbal Quijano (2005, 2009, 2014), Catherine Walsh (2009), Lélia Gonzalez (2020) e Nilma Lino Gomes (2012) com as produções das rappers Tasha e Tracie, mulheres negras, jovens e periféricas da Zona Norte de São Paulo.

O artigo pergunta: como as produções de Tasha e Tracie podem contribuir para o pensamento decolonial hoje? A resposta mostra que suas músicas denunciam a continuidade da colonialidade nas relações de raça, gênero, classe e território, abordando temas como extermínio da juventude negra, violência policial, necropolítica de Estado e resistência nas favelas. Ao analisar letras que mencionam Mães de Maio, abordagens policiais abusivas e a experiência de ser público-alvo, alvo de bala, como citam as pessoas autoras, o texto evidencia como o rap se torna arquivo da violência e laboratório de mundo.

O quarto texto, "Sentidos e estratégias de enfrentamento à exclusão entre indivíduos LGBTI+: uma análise sócio-histórica da linguagem e da resistência", de Laura Camargo Custodio e Edna Maria Severino Peters Kahhale, recoloca a linguagem no centro da análise. A partir da Psicologia Sócio-Histórica, com Lev Seminovitch Vygotsky (1923/2013) e Bader Sawaia (1999, 2018) como referências, o artigo examina a linguagem como tecnologia ambivalente: instrumento de opressão quando reproduz as ideologias cisheteronormativas, mas também ferramenta de ressignificação e de resistência.

Mobilizando a categoria de sofrimento ético-político, sendo a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, o texto analisa como a exclusão LGBTI+ produz vergonha, autodepreciação e homofobia internalizada, mas também pode se converter em potência de ação, quando reconhecida e elaborada coletivamente. Um dos pontos fortes do artigo é a discussão sobre o pajubá como dialeto afro-brasileiro criado por travestis e mulheres trans em diálogo com o iorubá dos terreiros das religiões de matriz-afrobrasileira, reconhecido como expressão linguística de resistência cultural, pertencimento e afirmação identitária.

Na sequência, "Violência(s) contra a(s) mulher(es): da origem à perpetuação", de Ana Luiza Fabreti e Dayse Bispo Andrade Silva, percorre, em registro de revisão narrativa, o campo da violência de gênero a partir de um enquadramento interseccional e crítico. O artigo mostra como a violência contra as mulheres, longe de ser uma soma de casos isolados, constitui-se

como um fenômeno social estrutural, sustentado por engrenagens patriarcais, racistas e capitalistas que autorizam a subordinação das mulherese a utilização da violência como mecanismo de controle.

Ao articular referências como Helena Hirata (2014), Mirla Cisne (2015), Lélia Gonzalez (1984) e autores/as da Psicologia Social Crítica, o texto evidencia que mulheres negras e indígenas vivenciam formas mais intensas e complexas de violência, na confluência entre racismo, sexismo, classe e território. A discussão sobre violência simbólica, inspirada em Pierre Bourdieu (1989), permite compreender como a hipersexualização e a desumanização dos corpos negros femininos organizam a base subjetiva e cultural que sustenta a violência física, sexual, moral e patrimonial.

Por fim, o dossiê se fecha com "'No nosso corpo habitam algozes e vítimas': Entrevista e Artesanato Teórico-Crítico-Sentimental com Helena Vieira", de Domingues, Vieira e Leite, que assume deliberadamente a forma de entrevista-artesanato. Mais do que registrar uma fala, o texto propõe um modo de fazer pesquisa em que teoria, afeto, memória e corpo se entrelaçam.

Desde a abertura, que convoca a força da oralidade, da ancestralidade e da memória como legados políticos e espirituais, o manuscrito afirma que teorizar é implicar-se com o corpo inteiro, acolhendo o tremor da voz, as pausas, as sutilezas do encontro. A partir da trajetória de Helena, pesquisadora, escritora, travesti e travapolítica, o texto desenvolve a noção de fabulação crítica: fabular não como fuga da realidade, mas como gesto de reconfigurá-la com as próprias mãos feridas, abrindo campo para outros imaginários e possibilidades de vida.

Entre discussões sobre feminismo decolonial, consciência mestiça, com Gloria Anzaldúa (1987), e impossibilidade de um feminismo decolonial apenas acadêmico, a entrevista insiste em que não há decolonização sem práticas políticas concretas e sem enraizamento nos movimentos sociais e nas experiências encarnadas. A frase que dá título ao texto, "no nosso corpo habitam algozes e vítimas", condensa a complexidade dessa travessia: somos constituídas tanto pela violência colonial quanto pelas resistências dos colonizados; decolonizar, aqui, é inventar modos de vida fronteiriços, transcestrais, que escapem tanto à reprodução do algoz quanto à idealização de um passado.

Essa peça final recolhe e reencena, em chave transfeminista e decolonial, muitos dos fios tecidos pelos demais artigos: a crítica às imagens de controle que autorizam o extermínio de travestis, jovens negros e mulheres; a aposta em linguagens outras (pajubá, rap, artesanato teórico-crítico-sentimental) como ferramentas de mundo, da maternagem e da cultura periférica como lugares legítimos de produção de saber.

Se, ao longo desta apresentação, afirmamos a escrita como disputa, é porque os textos aqui reunidos não se oferecem como comentários sobre um mundo já dado, mas como intervenções nos regimes que autorizam certas vidas a existir com dignidade e outras a serem administradas pela precariedade. É justamente essa trama que permite afirmar a produtividade do encontro entre decolonialidade, interseccionalidade e transfeminismos ao longo do dossiê.

Assim, a contribuição mais arriscada, e talvez mais necessária, deste volume é a defesa de que produzir conhecimento hoje exige assumir a implicação com as formas de vida que a modernidade/colonialidade tentou tornar descartáveis. Em última instância, este dossiê insiste que as epistemologias decoloniais, interseccionais e transfeministas exigem que o texto acadêmico se torne capaz de acolher a complexidade dos corpos, das linguagens e das lutas sem dissolvê-las em generalizações confortáveis. Diríamos que são textos que incomodam, que desnaturalizam as opressões, que colocam as feridas abertas e que encontram lugares de resistência e inteligibilidade através de epistemologias insurgentes e plurais.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and statistical manual of mental disorders:** DSM-5. 5th ed. Arlington, VA: American Psychiatric Publishing, 2013.

ANZALDÚA, Gloria. Borderlands/La Frontera: The New Mestiza. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismo. **Revista Gênero**, Niterói, v. 14, n. 1, p. 11-27, 2013. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31062. Acesso em: 03 nov. 2024.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini; VIEIRA, Helena. Transfeminismo. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 343-378.

BARRETO, Daiane Dantas. **Memória de mulheres negras e o acolhimento institucional dos seus filhos:** um debate relevante para o Serviço Social. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34711. Acesso em: 5 dez. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam:** os limites discursivos do "sexo". 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001465832. Acesso em: 5 dez. 2025.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Org.). **El giro decolonial:** reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Pontificia Universidad Javeriana, 2007.

CISNE, Mirla. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social & Revista**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 138-154, jul./dez. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.5433/1679-4842.2015v18n1p138. Acesso em: 15 mai. 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. Introdução: a disciplina e a práticas da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. e Colaboradores. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006, 15-4 p.

DOMINGUES, Dandara Camélia da Silva; VIEIRA, Helena; LEITE, Rafael Rodrigues. "No nosso corpo habitam algozes e vítimas": Entrevista e Artesanato Teórico-Crítico-Sentimental com Helena Vieira. **Revista Anômalas**, v. 1, n. 2, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/ra/workflow/index/75048/4#publication. Acesso em: 18 set. 2025.

FÁVERO, Sofia. **Psicologia suja**. Simões Filho, BA: Editora Devires, 2022.

FREITAS, Raquel Coelho de. **Indignação e conhecimento:** para sentir-pensar o direito das minorias. Fortaleza: Edições UFC, 2020. 90 p.

FREITAS, Raquel Coelho de; NÓBREGA, Luciana Nogueira. Indignação epistêmica e decolonização do conceito de minorias. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 1742-1770, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdp/a/6zYZzg7HxqCwB4JWQKVCvVm/. Acesso em: 5 dez. 2025.

GLISSANT, Édouard. **Poética da Relação**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf. Acesso em: 13 dez. 2023.

GONZALEZ, Lélia Almeida. Racismo e sexismo na cultura brasileira. ***Revista Ciências Sociais Hoje***, São Paulo: ANPOCS, ano 2, n. 1, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br. Acesso em: 20 jun. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. Tradução de Fernanda Silva e Sousa e Marcelo R. S Ribeiro. In: BARZAGHI, Clara (Org.). **Pensamento Negro Radical**: antologia de ensaios. São Paulo: Crocodilo; n-1 edições, 2021, p. 104-128.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ts. Acesso em: 10 jun. 2025.

IAZZETTI, Brume Dezembro. **Existe "universidade" em pajubá?:** transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans. 2021. 1 recurso online (311 p.). Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1166020. Acesso em: 25 fev. 2024.

KAAS, Hailey. Introdução ao transfeminismo. **Centro de Pesquisa Transfeminista**, 2012. Disponível em: https://transfeminismo.org/introducao-ao-transfeminismo/. Acesso em: 5 dez. 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the coloniality of being: contributions to the development of a concept. **Cultural Studies**, London, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, Mar./May 2007. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/ceart/id_cpmenu/5800/MALDONADO_Torres_ON_THE_COLONIALITY_OF_BEING_1550515847301_5800.pdf. Acesso em: 5 dez. 2025.

MALFRÁN, Yarlenis Ileinis Mestre; NÚÑEZ, Geni; LAGO, Mara Coelho de Souza. Epistemicídio e necropolíticas trans: considerações decoloniais sobre cenas cinematográficas latino-americanas. **Epistemologias do Sul: Deslocamentos Epistêmicos**, v. 5, n. 2, p. 92-113, 2021. Disponível em: https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/3511. Acesso em: 5 dez. 2025.

MARQUETTI, Fernanda. Prefácio: Suicídio e não pertencimento. In: LIMA, Luana; NAVASCONI, Paulo Vitor Palma (Org.). **(Re)pensando o suicídio**: subjetividades, interseccionalidade e saberes pluriepistêmicos. Salvador: EDUFBA, 2022, p. 14-16.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MERTON, Thomas. **Love and living**. New York: Farrar Straus and Giroux, 1979.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-21, jun. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 5 dez. 2025.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021. (Coleção Feminismos Plurais).

NAVASCONI, Paulo Vitor Palma. Reflexões sobre o fenômeno do suicídio em corpos negros LGBTTQIA+ marcados para morrer, mas que recusam a ontologia colonial. In: LIMA, Luana; NAVASCONI, Paulo Vitor Palma (Org.). **(Re)pensando o suicídio**: subjetividades, interseccionalidade e saberes pluriepistêmicos. Salvador: EDUFBA, 2022, p. 14-16.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**: 11ª revisão (CID-11). Genebra: OMS, 2019. Disponível em: https://icd.who.int/. Acesso em: 5 dez. 2025.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. **What gender is motherhood?** Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 73-91. Disponível em: https://ayalaboratorio.wordpress.com/wp-

content/uploads/2017/09/quijano-anibal-colonialidade-do-poder-e-classificac3a7c3a3o-social.pdf. Acessado em: 28 jul. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: **CLACSO**, 2014. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf. Acesso em: 24 nov. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: **CLACSO**, 2005. p. 107-130. Disponível em: https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1661. Acesso em: 5 dez. 2025.

QUIJANO, Anibal. Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 16, p. 73-80, dez. 1992. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/HGhkC4xVR3mfb8pythJphVG/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 5 dez. 2025.

ROCHA, Luciane de Oliveira. Ginga: uma epistemologia feminista negra. **In:** BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. São Paulo: Autêntica, 2016. p. 265-284.

RODOVALHO, Amara Moira. *O cis pelo trans.* **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/Ct6B9JMscBjgK4DZgjXQkgn/. Acesso em: 20 maio 2024.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental:** transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SANTOS, Vívian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 30, e200112, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/FZ3rGJJ7FX6mVyMHkD3PsnK/abstract/?lang=pt. Acesso em: 5 dez. 2025.

SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes, 1999.

SAWAIA, Bader e PURIN, Glaucia Tais. **Silvia Lane:** uma obra em movimento. São Paulo: EDUC; PIPEq, 2018.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes:** uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685. Acesso em: 5 dez. 2025.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VYGOTSKY, Lev Seminovitch. Pensamento e Linguagem. Ridendo Castigat Mores, 2013 (original de 1923).

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad:** Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Ediciones Abya-Yala, 2009.